Despacho Normativo n.º 97/77:

Determina a suspensão provisória da actividade da Cofil — Companhia de Financiamentos Comerciais, S. A. R. L., e selagem de todas as suas instalações.

Ministérios das Finanças e do Comércio e Turismo:**Despacho Normativo n.º 98/77:**

Autoriza que o Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos contraia na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo para a intervenção no mercado do azeite no ano de 1977.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:**Decreto n.º 64/77:**

Aprova o Acordo entre o Governo de Portugal e o Conselho Executivo da República do Zaire Relativo ao Transporte Aéreo, assinado em Lisboa a 16 de Novembro de 1976.

Aviso:

Torna público ter sido celebrado entre os Governos de Portugal e da Suécia um acordo por troca de notas sobre a exportação de certos produtos têxteis de Portugal para a Suécia.

Ministério da Agricultura e Pescas:**Despacho Normativo n.º 99/77:**

Determina que no corrente ano o período de poda dos sobreiros seja prorrogado até o fim do mês de Abril.

Ministério da Indústria e Tecnologia:**Decreto-Lei n.º 165/77:**

Estabelece disposições relativas ao provimento do pessoal do Ministério da Indústria e Tecnologia.

Ministério da Educação e Investigação Científica:**Decreto-Lei n.º 166/77:**

Torna aplicável aos professores efectivos do ensino preparatório e das escolas secundárias o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 46 377, de 11 de Junho de 1965, e Decreto-Lei n.º 204/72, de 20 de Junho.

Ministério dos Transportes e Comunicações:**Portaria n.º 216/77:**

Adita ao artigo 56.º do Regulamento Geral dos Serviços de Pilotagem das Barras e Portos do Continente e das Ilhas Adjacentes um § único.

Região Autónoma da Madeira:**Assembleia Regional:****Decreto Regional n.º 5/77/M:**

Altera o orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Decreto Regional n.º 6/77/M:

Cria o *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*.

Região Autónoma dos Açores:**Assembleia Regional:****Decreto Regional n.º 6/77/A:**

Estabelece um regime especial para os contratos de arrendamento urbano referentes a prédios sítos na Região Autónoma dos Açores e em que os arrendatários sejam indivíduos ou entidades de nacionalidade não portuguesa.

Decreto Regional n.º 7/77/A:

Estabelece a estruturação orgânica dos serviços da Assembleia Regional dos Açores.

Decreto Regulamentar Regional n.º 19/77/A:

Altera as categorias e vencimentos dos chefes de conservação das Direcções de Obras Públicas de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO**Portaria n.º 213/77**

de 21 de Abril

Nos termos da parte final do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 39 941, de 25 de Novembro de 1954, com a redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 46 133, de 31 de Dezembro de 1964:

Mandam o Conselho da Revolução, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, e o Governo, pelo Ministro das Finanças, fixar, do modo que se segue, as remunerações a abonar aos professores civis catedráticos que, em regime de acumulação e por contrato, regerem matérias dos cursos leccionados no Instituto de Altos Estudos Militares:

1 — a) Será devida a remuneração mensal de 2400\$ por um mínimo de duas sessões semanais e um máximo de três;

b) Por cada sessão além daquele limite será devida a remuneração de 300\$.

2. As remunerações atribuídas nos termos da presente portaria, adicionadas ao vencimento base de professor catedrático, não podem, em caso algum, exceder o valor actualizado correspondente à categoria da letra A.

3. Os valores referidos no n.º 1 serão alterados na proporção das actualizações de que beneficiem as remunerações correspondentes à categoria da letra D.

4. Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 1976.

Estado-Maior do Exército e Ministério das Finanças, 1 de Abril de 1977. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Vasco Joaquim Rocha Vieira*, general. — O Ministro das Finanças, *Henrique Medina Carreira*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Decreto-Lei n.º 159/77**

de 21 de Abril

Considerando que o número pouco significativo de funcionários civis dos Serviços de Apoio do Conselho da Revolução (SACR) não justifica a criação de uns serviços sociais a eles apenas destinados;

Considerando que os Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros, criados pelo Decreto-Lei n.º 308/72, de 17 de Agosto, e posteriormente reestruturados pelos Decretos-Leis n.ºs 579/75, de 11 de Outubro, e 507/76, de 17 de Agosto, abrangem já funcionários civis de diversos departamentos públicos, governamentais e não governamentais;

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os funcionários civis dos Serviços de Apoio do Conselho da Revolução ficam abrangidos